

N.º Gp2326-IX
P.º: 30.06.04.16
Data: 10.05.2012

Assunto: Políticas de Coesão

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O mandato do atual Governo Regional aproxima-se do fim. É também o fim de um ciclo governativo, pelo que é apropriado que esta Assembleia realize uma avaliação das políticas implementadas nos últimos 16 anos. Proponho, assim, que nos debrucemos sobre as promessas eleitorais não cumpridas e as políticas que falharam para as chamadas “Ilhas da Coesão”.

No entendimento do CDS-PP, a coesão territorial, social e económica dos Açores só se atinge com políticas específicas e focadas nas necessidades particulares de cada ilha. Pelo desenvolvimento de cada ilha se consegue alcançar o desenvolvimento do todo regional!

Porém, hoje, o desenvolvimento harmonioso dos Açores é uma quimera.

Prova de que o modelo de desenvolvimento adoptado falhou, nos 20 anos de governação do PSD e nos 16 anos de governação socialista, é um recente estudo do INE sobre índices de coesão, que compara 30 regiões do País, e que coloca os Açores no último lugar.

O modelo falhou porque as políticas foram erradas, continuamente erradas.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os Açorianos, individualmente ou através das suas empresas, têm realizado um esforço de progresso e modernização, para o qual concorreram as várias linhas de apoios financeiros co-financiados por fundos comunitários. Mas este esforço não tem sido suficiente.

Na Agricultura, os produtores esforçam-se, mas perante um aumento dos custos de produção, não são recompensados nos seus rendimentos. A rede regional de abate apresenta lacunas que não foram colmatadas, especialmente nas “Ilhas da Coesão”.

Em São Jorge, o Governo nunca cumpriu com um dos seus compromissos eleitorais – realizar obras no matadouro –, e bem que elas eram necessárias. Só no ano de 2011 o abate de gado aumentou 31%, comprovando o esforço realizado pelos produtores, mas as condições são exíguas.

Outro erro clamoroso da governação socialista foi a unificação das cooperativas de lacticínios de São Jorge. A medida implementada para pagar dívidas, reduzir custos, aumentar exportações e melhorar os rendimentos dos produtores, transformou-se numa estrutura mais despesista que não compensa os lavradores na devida proporção. Os produtores de leite de São Jorge recebem hoje pelo leite entregue na fábrica o mesmo que recebiam há 20 anos, apesar das apertadas regras de classificação... E recebem com meses de atraso!

No setor das pescas e da transformação do pescado, os profissionais esforçam-se, mas os problemas surgem depois das capturas.

Devido à política de transportes aéreos que o Governo socialista não soube colocar ao serviço da economia, os pescadores das Flores, Corvo, Graciosa e S. Jorge e não conseguem obter o mesmo rendimento que os pescadores das ilhas que possuem ligações aéreas diretas ao exterior da Região.

Sobre este assunto, desde 2008 que o CDS vem apresentando propostas para a aquisição de um avião mini-cargueiro que, finalmente, em Novembro passado, esta Assembleia aprovou, para a realização de um estudo de viabilidade da aquisição desse meio aéreo. Importava que o Governo nos esclarecesse sobre o andamento desse processo.

A Fábrica de Santa Catarina, apesar de ter recuperado a carteira de clientes e aumentado a produção, continua com uma gestão corrente deficitária, pela clara falta de injeção de capital. Era importante que o Governo nos dissesse quanto já investiu nesta indústria.

Os transportes, quer marítimos quer aéreos, são fundamentais para a mobilidade de pessoas e mercadorias, constituindo-se como fator de coesão. Mas a coesão que o Governo socialista propagandeia não a pratica. As tarifas promocionais de € 88,50 ou € 99,50 disponibilizadas pelas companhias aéreas não existem para quatro das cinco “Ilhas da Coesão”.

Neste sentido, o sector turístico nestas ilhas tem sofrido um acentuado revés, registando-se baixíssimas taxas de ocupação, unidades fechadas durante meses e gente a ir para o desemprego.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

As políticas aplicadas às “Ilhas da Coesão” não foram capazes de fixar a população ou captar novos habitantes. Provam-no os resultados dos últimos Censos.

Com encerramentos de escolas, de cooperativas de produtores e com dificuldades e custos acrescidos para as famílias e empresas é fatal que as “Ilhas da Coesão” sofram um êxodo populacional.

As sucessivas políticas implementadas para a coesão dos Açores foram, de falhanço em falhanço, acabando no PECA – Plano Estratégico para a Coesão dos Açores –, que não trás nada de inovador, a não ser o reconhecimento público do Governo de que as suas próprias políticas falharam.

O sucesso da Autonomia depende, em larga medida, da capacidade dos Açorianos, enquanto Povo com capacidade para se autogovernar, manterem as nove ilhas habitadas e com atividade económica sustentada.

Para isso, importa alterar o paradigma da governação. Os Açorianos já perceberem as vantagens e sobretudo as desvantagens de governos de maioria absoluta.

Já perceberam, com 20 anos de uns e 16 anos de outros, que a alternância entre PSD e PS não é solução que conduza os Açores ao desenvolvimento que merecemos.

O Deputado Regional,



Luís Silveira